



Jornal FNE Edição 112 – Set/11

Nesta edição, Engenheiro traz a cobertura de uma importante discussão travada em Campo Grande/MS: como garantir a mobilidade, evitando que o trânsito se torne caótico. Convidados pelo Senge Mato Grosso do Sul, especialistas e autoridades locais debateram o tema em 29 de agosto e propuseram investimentos significativos em transporte público, planejamento urbano e educação para os condutores.

Também pensando na melhoria das condições de vida da população brasileira, a CNTU (Confederação Nacional dos Trabalhadores Liberais Universitários Regulamentados) realizou seu segundo encontro regional em 12 de agosto, em Vitória/ES, que teve como temas a reforma administrativa, a aposentadoria e os serviços públicos.

Outro esforço de construção do futuro está se dando em Salvador, que se prepara para sediar jogos da Copa de 2014. Apostando alto, a capital baiana constrói o estádio da Fonte Nova para até 65 mil pessoas, mirando na possibilidade de sediar a abertura do mundial.

Em entrevista, o presidente do Sinaenco (Sindicato Nacional das Empresas de Arquitetura e Engenharia Consultiva), João Alberto Viol, fala sobre a importância de valorizar o projeto e o conhecimento técnico. Em C&T, o equipamento desenvolvido pelo estudante Leonardo Lira para tratar água usando apenas energia solar. E mais o que acontece nos estados.

Boa leitura.

OPINIÃO

Em evento realizado pela CNTU (Confederação Nacional dos Trabalhadores Liberais Universitários Regulamentados), em Vitória/ES, no dia 12 de agosto, mereceu justas homenagens a chamada Constituição Cidadã de 1988. Consagradora de direitos individuais e sociais, a Carta Magna é fruto da participação popular efetiva e da vocação democrática dos brasileiros. Mais de 20 anos e seis eleições presidenciais depois, é cada vez mais caro ao povo o direito de escolher os caminhos que quer percorrer e qual projeto de cidade, estado ou país deseja.

Tais anseio, direito e engajamento devem estar presentes também no conjunto das instituições civis, base essencial de uma sociedade consciente e organizada. Os engenheiros e demais profissionais do setor tecnológico têm neste ano um compromisso nesse sentido. Estão marcadas para 8 de novembro próximo as eleições do Sistema Confea/Creas/Mútua. Realizado em todo o País, o pleito escolherá os presidentes do Conselho Federal de Engenharia, Arquitetura e Agronomia e dos regionais, além dos diretores da Mútua – Caixa de Assistência dos Profissionais. Autarquia federal, tal sistema é a proteção da sociedade contra o exercício ilegal dessas atividades, que são regulamentadas por leis próprias e cujo correto desempenho exige formação técnica específica. Para atuar, conta com arrecadação compulsória.

Mais próximo do dia a dia dos profissionais está o Crea, responsável direto pela fiscalização e pelo atendimento aos engenheiros, arquitetos, tecnólogos, geólogos etc. que, por exemplo, buscam certidões ou recolhem ART (Anotação de Responsabilidade Técnica). Embora tenha função precípua de salvaguardar a população, a fiscalização é também de interesse desses técnicos, que precisam ter o seu mercado de trabalho protegido da invasão por leigos.

Ou seja, o Sistema Confea/Creas tem papel fundamental para a sociedade e para os profissionais. Esses, responsáveis pela sua sustentação, são também os que escolhem os seus dirigentes, a cada três anos, e uma nova oportunidade se avizinha. Os eleitores devem se inteirar desse processo, entrar no debate e, acima de tudo, votar, o que é direito, mas também dever daqueles que estão comprometidos com a construção de uma nação melhor, em qualquer instância social. É tempo de cada um refletir sobre o que anseia para a sua organização profissional e expressar-se por meio das urnas.

CRESCER BRASIL

Com projetos sobretudo nas áreas de mobilidade urbana, esportiva e turística, o estado baiano quer marcar um gol importante com a competição mundial de futebol: deixar legado em termos de infraestrutura e qualificação profissional à sua população. Esse é o compromisso da Secretaria Estadual para Assuntos da Copa do Mundo da Fifa Brasil 2014, afirmado pelo titular da pasta, Ney Campello. “Temos dois grandes objetivos em 2014: o primeiro é ganhar a Copa,

o segundo é ganhar com ela, que será um ponto de partida para transformações urbanas, sociais, culturais fundamentais”, destaca. Entre as mudanças importantes, a revitalização do centro histórico de sua capital, Salvador, e de bairros, com melhoria na condição de vida das pessoas. Acessibilidade também está na pauta.

Para além disso, segundo ele, o principal desafio a se atingir essa meta diz respeito à mobilidade urbana. Também representará o maior investimento: R\$ 1,6 bilhão, mediante parceria público-privada. Inicialmente o projeto pensado era de BRTs (Bus Rapid Transits), mas foi substituído pelo do metrô, conforme a assessoria do órgão governamental, pensando-se no pós-Copa e em dar viabilidade a um trecho já existente de 6km há 12 anos, mas ainda inoperante. “Será uma malha de 34km de extensão.” Tal sistema de alta capacidade ligará o aeroporto ao acesso norte de Salvador e daí a Pirajá e à estação Lapa. Os BRTs podem vir a ser mantidos, mas em vias alimentadoras. Em processo licitatório, as obras ainda não tiveram início, nem está definida qual a parcela do poder público e qual a do ente privado nessa inversão. Como consequência, esse empreendimento será, de acordo com Campello, o único que não estará pronto para a Copa das Confederações em 2013, sendo concluído somente no ano seguinte. Ainda em relação à mobilidade urbana, estão previstos R\$ 41 milhões para a construção do sistema cicloviário. “Serão 215km de ciclovias e ciclofaixas até 2014.”

Às obras no Aeroporto Internacional de Salvador “Deputado Luís Eduardo Magalhães”, em projeto executivo, serão destinados R\$ 45 milhões. O montante será usado, como explica o secretário, para reforma do terminal de passageiros e ampliação de pátio e estacionamento. E ao porto serão R\$ 36 milhões, à construção de terminais. Nesse último caso, afirma ele, “o investimento integra a matriz de responsabilidade para a Copa”. Tal, enfatiza Campello, situa-se a apenas 1km do estádio e “hoje já atraca no Carnaval baiano sete transatlânticos, o que representa potencialmente 23 mil camas de alto padrão flutuante”.

Arena sustentável

Além da inversão na rede de metrô, o outro grande investimento é na reconstrução do antigo estádio Fonte Nova, implodido para dar lugar a uma arena multiuso. Serão R\$ 591,7 milhões. Também objeto de parceria público-privada, será operado pela Fonte Nova Participações. Terá, conforme o secretário, 50.400 lugares permanentes. Além disso, “tem uma concepção arquitetônica com uma abertura como uma ferradura que pode receber assentos temporários, chegando a uma capacidade para 65 mil pessoas”. Isso possibilitaria à Bahia sediar a partida inaugural da disputa, por exemplo. “Estamos pleiteando isso e a abertura e encerramento da Copa das Confederações. Lógico que é uma decisão da Fifa (Federação Internacional de Futebol Associado), mas é necessário que o evento não resulte apenas numa concentração dessas competições no Sudeste do Brasil, sobretudo no Rio de Janeiro e em São Paulo.”

A arena contará com 2 mil vagas de estacionamento e 4.950 assentos VIPs, sendo 3 mil para a imprensa, bem como restaurante panorâmico e outras comodidades. “Vai receber jogos de futebol, eventos religiosos, corporativos, de companhias, de entretenimento. A ideia é que haja 80 a 90 atividades ali durante o ano”, salienta Campello. Ademais, para se assegurar a sustentabilidade econômico-financeira da obra – que contará no entorno com shopping

center, rede de hotelaria, casa de show indoor –, está em negociação a garantia de que os dois principais clubes do estado – Bahia e Vitória – façam seus jogos no estádio. “Há inclusive previsão de iluminação cenotécnica nesse caso.”

Outro tema que tem sido objeto de atenção na Bahia, como ressalta o secretário, é a preservação ambiental. Assim, 80% do material resultante da implosão do antigo Fonte Nova teria sido reciclado na própria obra. Ainda sob essa ótica, a arena receberá uma cobertura com uma membrana plástica “muito utilizada nos modernos estádios da Europa”, que propiciará o uso de fonte limpa, por exemplo com a colocação de placas fotovoltaicas para energia solar. Está ainda sendo pensado o aproveitamento de gás natural para a climatização do local, com a redução do uso do ar-condicionado, bem como a reutilização de água. “Vamos buscar a certificação Leed, uma garantia de construção nesse conceito de sustentabilidade.”

Ainda no âmbito esportivo, quatro municípios baianos se candidataram como centros oficiais de treinamento e oito estão inscritos para sediar seleções. “Essas cidades foram pré-selecionadas, vistoriadas e agora aguardam o relatório da Fifa. Tais locais vão promover adequações a depender desse anúncio, mas serão extremamente simples. Eu diria que o prazo máximo para atender as exigências do caderno de encargos da Fifa será de seis meses.”
(Soraya Misleh)

CRESCER BRASIL II

Projetar o crescimento da capital sul-matogrossense, cuja população já se aproxima dos 800 mil e a frota de veículos ultrapassa os 420 mil, garantindo transporte público eficiente e um trânsito organizado e seguro. Com essa agenda aconteceu o seminário “Transporte, trânsito e mobilidade urbana – desafios e soluções”, promovido pelo Senge Mato Grosso do Sul e pelo Conselho Estadual das Cidades, em 29 de agosto, no auditório do Crea-MS (Conselho Regional de Engenharia, Arquitetura e Agronomia), contando com o apoio desse órgão e da FNE.

A ideia, pontuou o presidente do sindicato, Edson Shimabukuro, foi “convergir para se ter um trânsito mais humano”. Além dele, prestigiaram a abertura do evento o presidente da federação, Murilo Pinheiro, o secretário Estadual das Cidades, Carlos Marun, o prefeito de Aral Moreira, Edson de David, bem como os presidentes do Conselho Estadual de Trânsito, Regina Maria Duarte, e interino do Crea-MS, Domingos Saíbe. Participou ainda do evento o presidente licenciado do Crea-PR e candidato à presidência do Confea (Conselho Federal), Álvaro Cabrini.

À frente do Planurb (Instituto Municipal de Planejamento Urbano), Marta Lúcia da Silva Martinez falou sobre o Plano Diretor de Transporte e Mobilidade Urbana. “A situação ideal seria dar prioridade ao pedestre, depois, aos veículos não motorizados, ao transporte público e por fim ao individual. Mas o que se tem é o inverso”, lamentou. Entre as características que demonstram essa situação, ela citou a precariedade das calçadas – estreitas, danificadas, sem

acessibilidade ou padronização de revestimento ou mesmo inexistentes. No campo das propostas para mudar esse quadro, Martinez apresentou a implantação de ciclovias e bicicletários. O grande desafio, contudo, é promover um radical aumento da qualidade do transporte público para que a população opte por ele. “É preciso atender aos principais destinos, melhorar a oferta de serviços, reduzir os tempos de viagem, racionalizar o número de vias utilizadas pelo transporte coletivo na região central e ainda dotar os terminais de estacionamentos”, afirmou.

No médio e longo prazos, a presidente do Planurb propõe o investimento em veículos de média capacidade para atendimento de demandas superiores a 1.500 passageiros por hora em cada sentido, em corredores exclusivos. Para tanto, Campo Grande conta com R\$ 270 milhões previstos no PAC (Programa de Aceleração do Crescimento) da mobilidade. Prevê-se também a reorganização do tráfego, com a implantação de sentido único e redução das conversões à esquerda nas vias de grande fluxo, novas regras para estacionamento e melhoria da sinalização.

Cultura do automóvel

Colocar tal projeto em pé significará, nas palavras do presidente da Agência Municipal de Trânsito de Campo Grande, Rudel Espínola Trindade Júnior, escapar da armadilha em que a cidade está. “Nós nos metemos numa enrascada porque optamos por um modelo errado, o do transporte particular”, admitiu. Dar uma guinada na situação, afirmou, exige dinheiro e conhecimento especializado. “O recurso existe, mas o tempo para sua aplicação ter efeito é muito longo; a cidade é rica, mas precisa de capacidade técnica”, alertou.

O terceiro ingrediente, de acordo com Trindade, é a mudança de mentalidade. “Há uma enorme diferença entre o que se fala e o que se pratica. Vamos implantar o primeiro corredor de ônibus e vai haver grita na cidade”, observou. Conforme ele, é imperativo que a população passe a usar o sistema público para torná-lo viável. Caso contrário, assinalou, “ficará restrito a três categorias, os estudantes e os idosos, que têm gratuidade, e os mais pobres, sobre quem recairá o preço da tarifa”.

Também fez advertências contra a cultura do veículo individual o presidente da ANTP (Associação Nacional de Transportes Públicos), Ailton Brasiliense: “Campo Grande pode chegar a 1 milhão de automóveis. Não tem viário que dê conta. Um usuário de transporte coletivo ocupa 6,4 vezes menos espaço que o de um automóvel.” Diante dessa constatação, ele sugeriu a participação efetiva da comunidade nas decisões de como a cidade será organizada, visando projetos que tenham sustentabilidade social, ambiental, urbanística, energética e econômica.

Contra o uso do carro, o presidente da ANTP também levantou aspectos relativos à saúde pública e à segurança. Segundo dados de 2005 apresentados por ele, o Brasil gastou R\$ 30 bilhões em decorrência de acidentes de trânsito e registrou 35 mil mortos e 400 mil feridos. “Temos uma fábrica de massacrar pessoas”, concluiu.

Paz no trânsito

Promover a direção segura é justamente a tarefa de Elizabeth Félix da Silva Carvalho, diretora de Educação para o Trânsito do Detran-MS (Departamento Estadual de Trânsito de Mato Grosso do Sul). O objetivo é reduzir os números de acidentes em Campo Grande, que em 2010 atingiram a marca de 10.643, sendo 5.856 com vítimas.

A ação dá-se em duas frentes principais: a fiscalização e a conscientização. Na primeira, foram feitos investimentos em tecnologia, como o “super-guarda”, equipamento que capta a placa e detecta qualquer infração relativa ao veículo. Outro instrumento é o talão eletrônico de multas, com envio dos dados diretamente ao Detran. Segundo Carvalho, os sistemas fizeram saltar o número de infrações anotadas, que em 2011 já chegam a 94.604. Dessas, a maior parte diz respeito às principais causas de acidentes: dirigir sem possuir habilitação, excesso de velocidade e avançar o sinal vermelho.

Na outra trincheira dessa batalha, está o empenho para criar uma mentalidade de respeito à vida. Um ponto essencial, informou a diretora, é a formação dos novos condutores, que precisam obrigatoriamente assistir às aulas e realizar as provas para obter a CNH. “Usamos biometria para evitar fraudes na frequência aos cursos ou realização de exames.”

O Detran tem ainda trabalhos dirigidos a crianças, pais, calouros universitários e até ao público devoto. “Uma pesquisa mostrou que 57% dos cidadãos em templos religiosos cometeram infrações”, comentou a educadora Inês Esteves.

Testemunha de que é possível mudar a postura dos condutores, o analista de trânsito Luís Riogi Miura apresentou os casos de sucesso de Maringá (PR), Boa Vista (RR) e Brasília (DF), esse último o mais famoso e conhecido nacionalmente pelo respeito ao pedestre na faixa de travessia. Segundo ele, em 1995, quando teve início o trabalho no Distrito Federal, “a situação era catastrófica, dada a gravidade dos acidentes”. Após quatro anos, o número de mortos nas ocorrências havia sido reduzido de 825 para 431. (Rita Casaro)

SINDICAL I

Aconteceu em 12 de agosto, na cidade de Vila Velha, Região Metropolitana de Vitória/ES, o segundo encontro da série programada pela CNTU (Confederação Nacional dos Trabalhadores Liberais Universitários Regulamentados) para 2011, que culminará com um evento nacional no dia 18 de novembro próximo, em São Paulo. Sob o tema “Reforma da administração pública, serviços públicos e aposentadoria”, a atividade na capital capixaba reuniu profissionais de todo o Brasil e colocou foco na necessidade de resgatar o papel do Estado previsto na Constituição de 1988.

Com esse mote, o presidente da Fundação Escola de Governo de Santa Catarina, Rubens Araújo de Oliveira, assinalou os níveis nos quais seriam necessárias mudanças na administração do Estado brasileiro: institucional-legal, para remoção dos obstáculos de natureza constitucional e de outros ordenamentos; cultural, para substituir o excesso de burocracia por uma nova dinâmica gerencial; de gestão, para implementação de instrumentos mais adequados à atualidade; e de governança, para promover a capacidade de formulação e implementação de políticas públicas. Ainda segundo sua explanação, tais arranjos teriam como objetivos, entre outros, “reforçar o conceito de cidadania, focar na universalidade e igualdade, incrementar a qualidade e quantidade de serviços e dar ênfase ao controle social”.

Araújo criticou também as reformas implementadas na década de 90 na esteira da onda neoliberal, que se pautaram pela redução de custos. “O pano de fundo foi substituir o Estado produtor pelo regulador, mas ele deve ser ainda o grande promotor da igualdade”, afirmou. Para ele, dar fim às injustiças que mantêm parcela da população em condições de vida inaceitáveis é função do setor público e não pode ser deixada ao mercado, “que não atenderá essas pessoas”.

Serviço público

O grande desafio de assistir a população com serviços públicos de qualidade foi tema da palestra da economista Ceci Juruá, que propugnou pelo fortalecimento do papel do Estado. “Há diferenças quando o serviço é prestado por esse ou pela iniciativa privada, a noção do que é justo não é a mesma.” Portanto, defendeu ela, é preciso “extirpar a lógica mercantil do serviço público e limitar a taxa de lucros”.

Além de acusar a exorbitância de ganhos das empresas, Juruá desmontou o que considera a falácia da excessiva carga tributária nacional, necessária ao financiamento dos serviços públicos. “A líquida é de 15% do PIB (produto interno bruto), muito baixa em vista do que se exige do Estado”, afirmou. “A bruta é de 36%, mas o nosso PIB per capita é muito baixo, só somos o décimo do mundo porque a população é grande”, ponderou.

A economista concluiu: “O povo espera justiça, vida digna e trabalho.” Para ela, a possibilidade de atingir tal meta está na manutenção do espírito da Constituição de 1988, “elaborada a cada linha pelos movimentos sociais”, e de espaços democráticos importantes, como os processos de conferências nacionais.

Aposentadoria

O caráter cidadão do sistema de direitos instituído pela Carta Magna foi o mote de Jorge Abrahão de Castro, diretor de estudos e políticas sociais do Ipea (Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada), para falar sobre a previdência social. “É uma estrutura de proteção invejável a outros países, construída pela sociedade brasileira, que resistiu ao desmonte do Estado”, ressaltou. Segundo ele, um exemplo fundamental é a garantia de renda ao trabalhador do campo, independentemente da contribuição. “A sociedade sancionou 8

milhões de aposentadorias rurais; essa previdência é o grande programa de cidadania para esse conjunto da população”, elogiou. “O Brasil é um país altamente desigual, mas esses sistemas caminham no sentido de quebrar essas desigualdades. Fato preponderante para a queda da pobreza é o Regime Geral da Previdência Social, que, se extinto, ampliaria a pobreza extrema em 20 milhões de pessoas”, completou.

Dispondo de um regime “com déficit em queda e sem grandes desequilíbrios”, Castro vê como grande desafio do País tornar o benefício universal. “Quarenta por cento da população trabalhadora está fora do sistema. É o nosso grande dilema”, apontou. Tratando do mesmo tema, José dos Santos Pereira, diretor do Instituto de Previdência do Estado do Acre, traçou um panorama geral do sistema previdenciário no Brasil. Abordando os regimes geral, próprio (dos servidores públicos) e complementar, indicou as mudanças ocorridas nas últimas décadas e destacou a dimensão do sistema atualmente. Pelos números de junho último, são atendidos mais de 28 milhões de beneficiários, somando R\$ 20,9 bilhões em pagamentos de aposentadorias, pensões e auxílios diversos.

Mobilização

O evento teve a participação de economistas, engenheiros, farmacêuticos, médicos, nutricionistas e odontologistas de todas as regiões do Brasil, que, ao longo dos debates, elaboraram a “Carta de Vitória”. No documento, a entidade propõe um resgate da cidadania, baseada na efetivação dos direitos previstos na Constituição. Para Allen Habert, diretor da CNTU e coordenador dos encontros, a confederação “está investindo no debate que visa fazer um país para 200 milhões de brasileiros”. (Rita Casaro)

SINDICAL II

RS

Entidade sugere parecer contrário ao PL

Reunido com o deputado federal Onyx Lorenzoni (DEM/RS), em Porto Alegre, o presidente do Senge-RS, José Luiz Azambuja, formalizou a posição da entidade contrária à aprovação do Projeto de Lei 2.824/08, que regulamenta a profissão de zootecnista, cujo relator é o parlamentar. No encontro, em 1º de agosto último, foi-lhe entregue documento com pontos de inconformidade, principalmente os que retiram atribuições dos engenheiros agrônomos e de outros profissionais. Além disso, o projeto contraria a Resolução 1.010/05, do Conselho Federal de Engenharia, Arquitetura e Agronomia, e a Lei 5.194/66, que estabelecem as atribuições e a regulamentação dos profissionais de agronomia. Para Azambuja, “a aprovação

do PL acarretaria aumento dos custos aos agricultores e pecuaristas, segmentação da responsabilidade técnica e degradação dos programas de pesquisa em desenvolvimento nas universidades”. O deputado disse que está trabalhando para apresentar um substitutivo que contemple as reivindicações das categorias envolvidas e que pretende, em outubro, convocar uma reunião em Brasília, com a participação do Ministério da Educação, para discutir adequações nos futuros currículos.

PI

Acordo com a Eletrobras

Durante a quinta rodada de negociação, dia 15 de agosto último, a diretoria da Eletrobrás Holding apresentou a nova proposta para fechamento do ACT 2011-2013 (Acordo Coletivo de Trabalho) ao CNE (Coletivo Nacional dos Eletricitários), representado pelos trabalhadores das empresas do grupo. Além do reajuste de 6,51%, inclui ganho real de 1,5%, a ser aplicado a partir de dezembro de 2011, e abono salarial equivalente a quatro talonários de auxílio-alimentação, a ser pago até em setembro. O coletivo concordou com a proposta e se dispôs a submetê-la à apreciação de suas respectivas bases em cada estado e a defender sua aprovação, fato que já se consumou na maioria das empresas do grupo. Representado por Francisco Luis Costa Sousa, então seu presidente em exercício, o Senge-PI participou em três mesas de negociação em Brasília. Falta agora tratar as questões específicas do ACT de cada empresa do sistema.

TO

Fechado ACT na Saneatins

A Acordo Coletivo de Trabalho 2011-2012 dos engenheiros da Saneatins (Companhia de Saneamento do Estado do Tocantins) foi assinado no dia 30 de junho último. Entre as reivindicações apresentadas pelo Seageto e acatadas pela companhia, destacam-se implantação do PCCS (Plano de Cargos, Carreiras e Salários) em 1º de maio de 2012, bem como reajuste salarial de 6,05% e aumento do vale-refeição para R\$ 530,00 mensais, retroativo a 1º de maio de 2011. Para o presidente do sindicato, João Alberto Rodrigues Aragão, a celebração do ACT representa uma conquista dos trabalhadores e o fortalecimento da entidade junto à categoria. “É uma demonstração de que é dialogando que conseguimos alcançar a maioria dos nossos objetivos”, comemora.

GO

Assistência jurídica à aposentadoria especial

Novo convênio firmado pelo Senge-GO possibilita aos seus associados assistência jurídica em aposentadoria especial, prestada pelo advogado Walisson Henrique Justo e Lemes, especialista

em Direito Previdenciário. Esse benefício é concedido pela Previdência Social a todos os trabalhadores que exerçam atividades em condições prejudiciais à saúde. O advogado atenderá os associados na sede do sindicato, em hora previamente agendada pelo telefone (62) 3251-8181. Mais informações no site www.senge-go.org.br/tire-suas-duvidas-sobre-aposentadoria-especial.

CE

Tecnologia no dia a dia

Esse é o nome do programa que estreou no dia 10 de agosto último, na rádio O Povo/CBN, com a mediadora Thereza Neumann Santos de Freitas, presidente do Senge-CE, que contou com a participação dos presidentes Murilo Celso de Campos Pinheiro, da FNE, e Antônio Salvador da Rocha, do Conselho Regional de Engenharia, Arquitetura e Agronomia do Ceará. O objetivo é evidenciar a importância dos profissionais da área tecnológica no desenvolvimento do País. Com apoio do Senge, do Crea e da FNE, o programa vai ao ar às quartas-feiras, às 16h20, dentro do Revista O Povo/CBN (AM 1010), apresentado por Alexandra Souza, ou pela internet ao vivo.

AL

Implantado piso salarial aos engenheiros da Casal

Através de ofício enviado ao presidente da Casal (Companhia de Abastecimento de Água e Saneamento de Alagoas), Álvaro Menezes, o Senge-AL apontou irregularidades na contratação de profissionais técnicos e de nível superior vinculados ao Sistema Confea/Creas. O problema era que, desde a publicação do Edital nº 01/2011 para seleção dos ingressantes na empresa, estipulava-se remuneração inferior ao determinado pela Lei Federal 4.950-A/66, que estabelece seis salários mínimos vigentes para jornada de seis horas diárias e nove para oito horas. As reivindicações apresentadas no documento foram atendidas pela diretoria da companhia, que passou a pagar o piso salarial da categoria. A nova regra está em vigor desde 1º de julho último.

Estatutários

Outra frente de luta em curso é a defesa dos salários dos engenheiros da administração direta e indireta do Estado. Segundo o presidente do Senge, Disneys Pinto da Silva, acontecerá em 1º de setembro audiência com o governador do Estado, Teotônio Vilela Filho. Ocasão em que seria tratada a questão da isonomia salarial dos profissionais estatutários de Alagoas.

ENTREVISTA

Sobretudo frente ao cenário de crescimento econômico nacional, combater as contratações de projetos por pregão e menor preço tem sido uma luta travada pelo Sinaenco (Sindicato Nacional das Empresas de Arquitetura e Engenharia Consultiva). Representando cerca de 20 mil companhias do setor, atualmente a entidade é presidida por João Alberto Viol, que assumiu o cargo para a gestão 2010-2011. Nesta entrevista ao Engenheiro, ele comentou sobre a questão e apontou a dificuldade de se conseguir bons profissionais para atuar no segmento.

Quais as perspectivas em relação ao desenvolvimento sustentável do País e a contratação de engenheiros da área de consultoria?

O desenvolvimento sustentável do País significa ampliar e acelerar substancialmente as obras de infraestrutura, com minimização dos seus impactos, seja sobre o ambiente natural seja sobre o construído. Mesmo este último precisa ser mudado, e os profissionais não podem desconsiderar isso. Para atender às demandas, haverá necessidade de ampliar o quadro de engenheiros consultores.

Quais os desafios ao setor de consultoria frente a esse cenário?

O principal desafio é de o profissional conseguir planejar e projetar os empreendimentos levando em conta todas as implicações. A mitigação dos impactos começa na sua concepção.

Quantos engenheiros que atuam no setor o Brasil tem hoje? Faltam profissionais, a contratação tem se dado de forma adequada?

Não há dados precisos. Uma das fontes oficiais é a Rais (Relação Anual de Informações Sociais). Segundo esse levantamento, em 2010 trabalhavam como celetistas no setor cerca de 21 mil engenheiros. No entanto, é sabido que há muitas empresas de um engenheiro só que não entram nessas estatísticas. Faltam engenheiros, o que é detectável pela dificuldade de contratação de bons profissionais pelas empresas de engenharia consultiva. A contratação ainda tem problemas, como as das pequenas empresas, contestadas pelas autoridades do trabalho.

Como o senhor analisa essa questão da importação de mão de obra face a essa conjuntura? Isso tem ocorrido no setor da consultoria? Quais as consequências?

Não há necessidade de importação de mão de obra, o problema é a crise da engenharia em outros países, principalmente os europeus. Está ocorrendo uma migração de profissionais

portugueses e espanhóis, por conta própria, pela dificuldade de trabalho nos seus países de origem e a busca de alternativas no mercado brasileiro. As empresas recebem várias solicitações, com a remessa de currículos nem sempre adequados para as necessidades das companhias. De toda forma, a contratação de um profissional estrangeiro toma o lugar de um brasileiro. O problema não é quantitativo, mas qualitativo, com pressão salarial negativa para os menos preparados, que precisarão aceitar “qualquer salário” para conseguir um emprego, apesar de uma demanda supostamente aquecida.

Com relação à Copa 2014, qual a análise do Sinaenco quanto a projetos, obras, contratações?

Os empreendimentos estão atrasados, com exceção de alguns estádios. Faltou planejamento, que poderia ter sido feito, pois havia tempo hábil. Há ainda tentativas de contratação de projeto pelo menor preço, por pregão ou mesmo sem licitação, o que o Sinaenco combate e não aceita que se use a emergência da Copa. Para tentar agilizar, foi promulgada uma lei prevendo um RDC (Regime Diferenciado de Contratações Públicas), cujos resultados serão o oposto do desejado. Os empreendimentos a serem contratados pelo RDC (ainda não foi definido nenhum) levarão mais tempo para iniciar a sua implantação do que pelo regime da Lei nº 8.666/93 (de licitações).

A Federação Nacional dos Engenheiros tem discutido o tema da Copa em sua nova fase do projeto “Cresce Brasil + Engenharia + Desenvolvimento”. Na sua opinião, quais as demandas prioritárias que deveriam constar em um documento como esse ?

A demanda hours concurs é o planejamento. Temos que restabelecer essa cultura, não podendo deixar as decisões fora dos prazos para adoção de emergências artificialmente criadas. A segunda prioridade é combater as contratações de projetos por menor preço e por pregão. As consequências são desastrosas. Os projetos acabam sendo incompletos e dão margem a aditivos na execução das obras. O problema não está na qualidade dos projetos ou mesmo na sua falta, mas no processo de contratação. (Soraya Misleh)

C&T

Criar uma alternativa para purificar recursos hídricos coletados em represas, nascentes, bicas ou córregos por comunidades carentes que não têm acesso a saneamento básico foi o que motivou o estudante de engenharia elétrica, Leonardo Lira, do IFG (Instituto Federal de Goiás), campus Jataí, a desenvolver um sistema que usa apenas a luz do sol para cumprir essa tarefa.

Chamado de desinfecção por radiação solar, o método elimina bactérias, vírus e substâncias que fazem mal à saúde humana e garante boa qualidade da água do ponto de vista microbiológico. “O sistema não faz efeito em água contaminada por esgoto. Nesse caso, seria necessário um tratamento residual com cloro, flúor e outros produtos químicos”, explica o estudante de 20 anos.

Ele conta que a tecnologia consiste em um coletor solar, confeccionado com madeira, papel alumínio e vasilhame Pet de dois litros. Para desenvolver o equipamento, Lira utilizou cinco paletas de madeira que foram revestidas com o alumínio. Com esse material, montou uma caixa sem tampa de aproximadamente um metro quadrado com as laterais abertas e inclinadas. “Finalizado o concentrador solar, o próximo passo foi pintar as quatro garrafas até a metade de preto fosco, visando um melhor aproveitamento dos raios ultravioleta. Depois de secas, enchemos os vasilhames com a água retirada das nascentes e deixamos em exposição ao Sol por seis horas. Durante esse período, a água atingiu uma temperatura de 70 graus Celsius, e, aquecida, eliminou 100% das bactérias e vírus presentes”, relata.

Conforme o estudante, cerca de 80% das doenças no mundo, como cólera, febre tifóide e disenteria, estão associadas à contaminação da água. “Acabar com essas bactérias é colaborar diretamente com a saúde e com a qualidade de vida das pessoas que não possuem água tratada e encanada”, acredita

Entre as vantagens do sistema, o futuro engenheiro destaca o baixo custo dos materiais, a facilidade de obtê-los, a retirada de garrafas Pet do meio ambiente e a durabilidade do concentrador, que é de cinco anos. “Além disso, o processo não utiliza energia elétrica e ainda eliminamos o uso de gás, já que a água não precisa passar por fervura para ser consumida”, ressalta Lira, dizendo que o foco do trabalho é também incentivar o uso de energia limpa.

Ainda segundo ele, atualmente existem diversas tecnologias que melhoram a qualidade da água, no entanto, são sofisticadas e caras, o que torna inviável a sua aplicação para pequenas comunidades.

Confiabilidade

A tecnologia foi testada em uma dessas, que faz parte do assentamento Piá Rio Claro, no próprio município de Jataí, em Goiás. Foram definidos quatro pontos de coleta para cada vasilhame Pet – uma represa, duas nascentes e um córrego que representavam as principais fontes de captação de água para abastecimento das famílias.

De cada amostra, foram retirados 200 ml do líquido e levados ao laboratório da empresa Saneago (Saneamento de Goiás S/A), que pré-analisou a água, descrevendo as impurezas e quantificando em tabela a ocorrência de coliformes fecais e de organismos que fazem mal à saúde humana. “Após seis horas ao Sol, coletamos novas amostras do líquido e levamos para a companhia de saneamento, que comprovou a eliminação de 100% das bactérias presentes antes da ação do sistema”, explica Lira, ressaltando que a água pode ser bebida depois de esfriar naturalmente.

Além de criar a solução, o estudante se reuniu com os moradores do assentamento para falar sobre fontes de captação, tratamento e qualidade de água para o consumo, apresentar dois coletores solares e ensiná-los a montar e usar os equipamentos. “A ideia é que o sistema seja utilizado em breve no dia a dia dessas pessoas. O objetivo é conscientizá-las de que, com pouco dinheiro, é possível melhorar muito a qualidade da água consumida e evitar doenças”, salienta Lira. Ele está ainda organizando uma cartilha para disseminar a informação na comunidade.

Para a coordenadora do projeto, Kênia Alves Pereira Lacerda, professora e pesquisadora do IFG, o sistema desenvolvido pelo estudante é relevante em vários aspectos, principalmente porque tem como público-alvo famílias que vivem no meio rural, muitas vezes sem energia elétrica e nenhuma opção de tratamento de água e também por conseguir provar a sua eficácia nas condições locais. Outro fator importante, pondera, é o incentivo à inovação. “Os alunos envolvidos nesse tipo de projeto passam a pesquisar, desenvolver métodos e colocá-los em prática. E isso é fundamental para o Brasil”, opina.

De acordo com Lacerda, a próxima etapa do trabalho visa aperfeiçoar o coletor solar através de uma melhor captação e concentração da radiação responsável por toda a eficiência do método. (Lucélia Barbosa)